

Plenário aprova piso nacional a agente comunitário de saúde

Iniciativa, que vai a sanção presidencial, fixa em R\$ 1.014 o valor mínimo pago à categoria

Projecto beneficia agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, com jornada de 40 horas semanais. Os senadores comemoraram a aprovação, classificada de “histórica” pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. “O agente comunitário representa o elo entre o serviço de saúde e a comunidade”, afirmou. **7**



Senadores e profissionais responsáveis pelo atendimento básico e preventivo de saúde comemoram aprovação do projeto que garante remuneração mínima

Moreira Maniz/Agência Senado

Renan reitera corte de salário de servidores acima do teto **2**

Ministério da Cultura terá oito cargos para gerir direito autoral **6**

Falta de engenheiro prejudica obras, avaliam debatedores

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, especialistas afirmaram que complexidade das licitações

e ausência de planejamento estratégico também contribuem para a deficiência de projetos e obras no país. **3**

Avança projeto que dá aumento a juiz

Texto aprovado na CCJ permite que juízes e membros do Ministério Público recebam salários acima do teto constitucional, fixa-

do em R\$ 29,4 mil. A proposta, que vai agora ao Plenário, garante ainda o pagamento de adicional por tempo de serviço. **5**



Waldemir Moka, Anibal Diniz, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro na sessão da CCJ que aprovou salário de juiz acima do teto

Lia de Paula/Agência Senado

Situação de haitianos leva senadores a SP

Membros da Subcomissão para Enfrentamento do Tráfico de Pessoas vão a São Paulo verificar as condições de trabalho de refu-

giados haitianos. Eles estão preocupados com a possibilidade de os imigrantes estarem em situação análoga à de escravo. **8**



Senador haitiano Moïse Jean-Charles (C) depôs na CDH, presidida por Ana Rita, que sugeriu Suplicy para a comitiva a SP

Waldemir Barreto/Agência Senado



Processo com 64 volumes é exemplo da complexidade legal, segundo Fraxe (2º à esq.), em debate conduzido por Wilder Morais (2º à dir.)

José Cruz/Agência Senado

Relatório culpa Estado por morte de coronel **4**

Renan assegura que salário acima do teto será cortado

Presidente anunciou em Plenário demissão de diretor-geral após pagamento da remuneração de maio ter sido feito sem o corte dos valores que superam o teto para o serviço público, de R\$ 29,4 mil

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem em Plenário a demissão do diretor-geral do Senado, Helder Medeiros Rebouças. De acordo com Renan, a providência foi tomada porque os salários de servidores de maio foram pagos sem cortes nos vencimentos que ultrapassam o teto constitucional de R\$ 29.462,25.

Renan Calheiros lembrou que, na última quinta-feira, determinou que os cortes fossem aplicados já na folha salarial de maio, mas isso não aconteceu.

— Após conversar com o ministro Marco Aurélio Mello, determinei ao diretor-geral, e o fiz publicamente neste Plenário, que aplicasse imediatamente o teto salarial fixado pela Constituição. Isso porque o Senado realizou o contraditório, cumprindo aquilo que determinava a liminar concedida pelo Supremo



Ao deixar o cargo, Helder Rebouças agradeceu a senadores e servidores



Secretário da Mesa, Bandeira foi nomeado diretor-geral do Senado

Tribunal Federal. Ocorre que no dia de hoje [ontem], data do pagamento dos servidores, fui surpreendido com o fato de os vencimentos além do teto terem sido pagos com os respectivos valores extra-teto — afirmou Renan.

Diante desse fato, o presi-

dente decidiu pelo afastamento de Helder Rebouças. Além disso, ordenou o estorno dos valores pagos a mais.

— Recomendei expressamente à Diretoria Financeira do Senado para que os valores pagos acima do teto constitucional sejam, se for possível, estornados. Não sendo possível, fica desde já o compromisso de que nós os abateremos no pagamento do próximo mês ou no próximo pagamento que teremos que fazer — acrescentou.

O Senado deixou de pagar valores acima do teto constitucional em outubro do ano passado. No entanto, em fevereiro, uma liminar do ministro Marco Aurélio estabeleceu a retomada dos pagamentos integrais, acolhendo o argumento de que os servidores afetados não tinham sido ouvidos antes do corte.

Renan Calheiros designou ontem o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, para ocupar, cumulativamente, o cargo de diretor-geral do Senado. Bandeira é consultor legislativo.

Ex-diretor-geral divulga nota sobre substituição no cargo

O ex-diretor-geral do Senado Helder Rebouças divulgou nota comentando sua substituição no cargo. Servidor de carreira, ele havia assumido a Direção-Geral da Casa em setembro do ano passado, deixando o posto anterior, de diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

No texto, Helder Rebouças agradece a todos os diretores, servidores efetivos e comissionados, além de empregados terceirizados, pelo apoio no “intuito de oferecer serviços que ajudem, cada vez mais, o Senado Federal a cumprir a sua

missão constitucional”.

O ex-diretor-geral estende ainda os agradecimentos à Comissão Diretora, aos líderes partidários e a todas as senadoras e senadores da República, ressaltando ter recebido estímulo e suporte de todo o corpo político do Senado.

“Absolutamente ciente de haver cumprido os trabalhos e desafios em estrita observância ao princípio da legalidade, como consultor legislativo do Senado continuarei dedicando os meus melhores esforços e energias ao engrandecimento desta Casa”, afirmou Rebouças.

Para Valadares, TV Senado é a voz do senador

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), afirmou ontem estar preocupado com o corte de 15% no contrato de terceirização da Comunicação da Casa, que atende principalmente a TV Senado. Ele observou que “a TV já havia acumulado déficit financeiro que comprometia a manutenção de equipamentos e de contratos que permitiam o deslocamento dos profissionais”.



— Agora, resta-nos indagar se a TV Senado conseguirá cumprir seu papel institucional de cobrir todas as reuniões de comissões e do Plenário, manter a transparência que proporciona e se a sua modernização será efetivada.

O senador destacou a relevância do trabalho da emissora, que “leva a todos os brasileiros tudo o que acontece na Casa”. Ele manifestou a certeza de que a Mesa levará em conta o histórico de atividades da TV Senado.

Valadares informou ter conversado sobre o assunto com o ex-presidente da Casa José Sarney (PMDB-AP), criador da TV, que prometeu “envidar todos os seus esforços” junto à Mesa para proporcionar à emissora o apoio necessário à realização das atividades.

O parlamentar observou que, se não fosse a TV Senado, os 81 senadores não teriam a mesma oportunidade para mostrar seu trabalho.

— Cortar a TV Senado é cortar a voz do senador, é cortar a oportunidade de o Brasil acompanhar diuturnamente o que nós fazemos — afirmou.

Para mais rapidez, votação de vetos poderá ser feita em cédulas

Em reunião de líderes partidários do Congresso com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ontem, ficou definida a apresentação de um projeto de resolução para promover alterações na forma de apreciação de vetos presidenciais, em busca de maior celeridade no processo.

De acordo com o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), os vetos presidenciais a serem analisados pelo Congresso serão publicados dez dias antes do dia da votação. Até três dias antes da votação, os líderes poderão encaminhar pedidos para destacar determinados vetos para votação em separado.

— Já na terça-feira faremos uma sessão do Congresso para apreciarmos todos os

vetos que estão pendentes. A votação agora será em cédulas, podendo ser substituídas pelo painel por acordo dos líderes — disse Eunício.

Renan, que também preside o Congresso, afirmou que a mudança tem o objetivo de acelerar a apreciação dos vetos e impedir que eles se acumulem sem serem apreciados. Ele frisou que o voto continua aberto, como determinado pela Emenda Constitucional 76, promulgada em novembro do ano passado.

— Tem que mudar a sistemática para permitir que as sessões do Congresso avancem na apreciação de cada veto. Senão, os vetos se acumulam na prática e as sessões não deliberam — disse.



Líderes partidários debatem mudanças na apreciação de vetos pelo Congresso

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Médicos para o SUS

14h Na pauta de votações, proposta que disciplina a criação de consórcios públicos destinados a contratar médicos para atuação no SUS.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA Agrotóxicos

8h30 Está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária projeto que incentiva uso de agrotóxico de baixa periculosidade. Outra proposta eleva o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

CDH Audiência pública

8h30 Audiência pública sobre a criminalização das lutas populares terá participação da Central Sindical e Popular.

CRE Plataforma marítima

9h Audiência pública sobre a extensão da plataforma marítima dos países lusófonos. Antes da reunião, parlamentares argentinos visitam o Senado.

CAS Tratamento de câncer

10h Audiência pública sobre a lei de tratamento do câncer no SUS. Fala o subprocurador-geral da República, Eitel Pereira.

CPI DA PETROBRAS Cerveró

10h15 CPI ouve o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Agricultura**. Às 10h15, reunião da **Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em audiência pública, especialistas citam a má remuneração da categoria como um dos motivos para os resultados de baixa qualidade no Brasil. Em concurso com 117 mil candidatos, só 800 foram aprovados

Falta de engenheiros gera obra ruim, dizem debatedores

A POUCA DISPONIBILIDADE de engenheiros, a complexidade das licitações e a ausência de planejamento estratégico estão entre os principais motivos da deficiência de projetos e obras no país, segundo participantes de audiência pública feita ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, mostrou um projeto de obra de engenharia com 64 volumes e 6,5 mil páginas. O projeto é para restauração da Ponte Internacional Barão de Mauá, que liga o Brasil ao Uruguai.

— As pessoas reclamam que o Dnit demora com o projeto. Projeto de engenharia rodoviária é diferente do projeto de uma casa. Isso é para demonstrar o nível de complexidade.

Para o diretor-executivo do Dnit, Tarcísio Gomes de Freitas, existe uma razão histórica para a falta de engenheiros: pouco investimento em infraestrutura a partir da década de 1980, com a crise do petróleo e a fuga de capital estrangeiro.

Freitas citou cinco causas para a baixa qualidade dos projetos e das obras: a administração não sabe estabelecer metas e não cobra prazos das empresas; as equipes de licitação são despreparadas; a contratação de consultoria por licitação resulta em consultorias de baixo nível; as consultorias são mal remuneradas; e

as ferramentas de tecnologia de informação sofisticadas não são utilizadas. Ele apostou no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), sistema de licitação simplificada criado para as obras da Copa do Mundo.

Wilder Morais (DEM-GO), que presidiu a reunião, disse que o RDC pode funcionar para o Dnit, mas não para tudo.

— Em outros órgãos, isso é temerário. Um exemplo é a Copa do Mundo: não temos nenhuma arena com preço igual ao da outra — afirmou.

Desvalorização

Questionado se há engenheiros suficientes no Dnit, Fraxe respondeu que são muito capacitados, mas poucos, e que o salário é insuficiente.

— Eu fui autorizado a fazer um concurso público e briguei por 1,2 mil vagas. Dos 117 mil candidatos, só 800 foram aprovados: menos de 1%.

Fraxe explicou que o Dnit terceiriza a elaboração dos projetos por licitação e, por isso, a qualidade depende do mercado. Empresas que não cumprem cronograma ou erram estão sendo punidas.

— Cada projeto, quando é recepcionado pelos analistas do Dnit, tem, em média, 200 inconformidades — lamentou.

Para o ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) Wilson Lang, é preciso mudar a eficiência da gestão pública.

— Não existe, na história da humanidade, país que se desenvolveu sem engenharia e sem infraestrutura — disse.

Para o representante da Federação Nacional dos Engenheiros, Florentino de Souza Filho, faltam engenheiros porque não há valorização.

— É inadmissível que o poder público pague R\$ 20 mil ao advogado e, com R\$ 2 mil, o engenheiro — criticou



Wilder Morais preside debate sobre falhas na execução de obras de engenharia

Ana Amélia comemora recursos para aeroportos

A na Amélia (PP-RS) comemorou a promessa de liberação de dinheiro para ampliar o Aeroporto de Santa Cruz do Sul (RS) e a transformação do Aeroclube de Bento Gonçalves (RS) em aeroporto público, com a transferência dele para a administração do governo federal. As medidas, segundo ela, vão reforçar a aviação regional. Atualmente o Brasil conta com 270 aeroportos regionais, disse a senadora, acrescentando que o país precisa também estimular a formação de pilotos e desburocratizar o setor.

Ana Amélia lembrou que o número de passageiros aumentou muito no país. No entanto, observou, as melhorias na infraestrutura não acompanharam essa evolução.

— Na década passada, 33 milhões de pessoas viajavam de avião no Brasil por ano. Atualmente, este número mais do que triplicou: são 111 milhões de passageiros, daí a importância dos investimentos nos aeroportos — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Petecão quer esclarecer cheia do Rio Madeira

Sérgio Petecão (PSD-AC) apresentou requerimento, ontem, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para que o colegiado faça uma visita técnica à Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. A intenção do senador é esclarecer se a cheia do Rio Madeira, que isolou o Acre no início do ano, foi causada pelas obras da hidrelétrica, como afirmaram algumas organizações não governamentais.

— O objetivo é que nós possamos abrir um diálogo com os técnicos para sabermos o que há de informação e não ficarmos no “achismo” — disse.

Na mesma reunião, Kátia Abreu (PMDB-TO) apresentou requerimento para que as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e CI façam uma reunião conjunta para analisar o PLS 559/2013, que reforma a Lei de Licitações e Contratos. Os requerimentos serão votados pela CI.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana sugere discutir preço da gasolina no Acre

Jorge Viana (PT-AC) sugeriu em Plenário, ontem, que a Comissão de Meio Ambiente (CMA) faça uma audiência pública no Acre para discutir o elevado preço dos combustíveis nos municípios de Cruzeiro do Sul e Vale do Juruá.

Para o debate, ele propôs que sejam chamados representantes da BR Distribuidora, da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e dos vendedores de combustíveis. Segundo o senador, Cruzeiro do Sul tem hoje o combustível para avião mais caro do país, enquanto a população do Vale do Juruá paga o preço mais alto para o diesel e a gasolina.

— Em Cruzeiro do Sul, são R\$ 3,70 por um litro de gasolina, quando temos, em Rio Branco, um valor médio de R\$ 3,13. Quer dizer, mais de 50 centavos mais caro em Cruzeiro do Sul. É exatamente a população mais necessitada, que ocupa as cabeceiras dos rios; é lá que está a exploração que nós queremos combater — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Couto pede respeito ao povo na apuração sobre estatal

Mário Couto (PSDB-PA) cobrou do governo respeito à população na investigação de irregularidades na Petrobras e rejeitou atitudes que, para ele, representam subserviência dos parlamentares ao governo. O senador espera que uma CPI mista possa esclarecer a responsabilidade da presidente Dilma Rousseff na compra pela Petrobras da refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos.

Couto disse que o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli mentiu em depoimento ao Senado e que a atual presidente da estatal, Graça Foster, deve ser afastada do cargo para que se pronuncie sobre as acusações de corrupção na empresa petrolífera.

— Esse escândalo da Petrobras é o maior escândalo de toda a história da nação brasileira. É maior que o escândalo do mensalão. O do mensalão é muito pequenino perto do que aconteceu na maior empresa brasileira, uma das maiores empresas do mundo.



Moreira Moritz/Agência Senado

CPI da Petrobras ouve Cerveró e pode chamar Paulo Roberto Costa

O depoimento do ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró à CPI da Petrobras está marcado para hoje, às 10h15. Ele é o autor do relatório que, em 2006, teria embasado a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). A presidente da República, Dilma Rousseff, chegou a atribuir a Cerveró a omissão de cláusulas importantes do contrato que foi celebrado com a belga Astra Oil.

O resumo da área Internacional, analisado pelo Conselho de Administração da Petrobras, não continha as cláusulas Marlim e Put Option, que faziam parte do contrato. A primeira assegurava à Astra Oil, que era sócia da Petrobras no negócio, uma rentabilidade mínima de 6,9% ao ano, mesmo em condições adversas do mercado. Já a opção de venda — ou Put Option — obrigava a Petrobras a comprar a participação da Astra Oil em caso de conflito entre os sócios.

Base do governo

A expectativa é de que apenas senadores da base do governo participem do depoimento de Nestor Cerveró. O único integrante da oposição na CPI, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), disse ontem à Agência Senado que as perguntas feitas aos depoentes na CPI do Senado são encomendadas e com as respostas estudadas.

— Nós não compactuamos com isso e vamos para a CPI mista, onde nós temos um



Ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró fala hoje aos senadores

número maior de oposição e onde podemos ter mais chance [de investigar] — afirmou.

Além de ouvir o depoimento de Cerveró, a CPI da Petrobras deve votar dois requerimentos do senador Humberto Costa (PT-PE) que pedem, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e à 13ª Vara Federal de Curitiba, documentos referentes à Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. A operação desarticulou um esquema de evasão de divisas da ordem de R\$ 10 bilhões e levou à prisão o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que chegou a participar do Comitê de Proprietários da refinaria de Pasadena. O outro requerimento de Humberto Costa é pela convocação do ex-diretor.

Paulo Roberto Costa foi preso pela Polícia Federal em 20 de março e libertado por ordem do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, na segunda-feira. O ex-diretor da estatal é acusado de integrar o esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas investigado na Operação Lava-Jato.

Senadores responsabilizam Estado por morte de coronel

Segundo relatório aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos, houve negligência na proteção ao militar que confessou à Comissão Nacional da Verdade ter praticado o crime de tortura na ditadura

RELATÓRIO APROVADO ONTEM pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre visita ao Rio de Janeiro para acompanhar as investigações relacionadas à morte do coronel Paulo Malhães, torturador confesso nos anos de ditadura, aponta a responsabilidade do Estado no caso. Para os senadores, houve negligência em relação à proteção do militar.

Malhães, de 77 anos, morreu dia 24, durante assalto no sítio onde morava, em Nova Iguaçu. Um mês antes, ele admitiu à Comissão Nacional da Verdade ter participado de torturas e ações para desaparecimento de presos políticos, como o ex-deputado Rubens Paiva.

Em diligência no dia 6 de maio, a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP) conversaram com o caseiro Rogério Pires, que negou envolvimento no crime. Na versão da polícia civil, o caseiro havia confessado a participação no latrocínio (roubo seguido de morte).

De acordo com o relatório,



Paulo Malhães foi encontrado morto um mês após admitir torturas e mortes

não há elementos suficientes para afastar a hipótese de assassinato diretamente relacionado ao passado de torturador do militar e às revelações à Comissão da Verdade. Ana Rita afirma que a morte do coronel “lança medo e praticamente inviabiliza” revelações que poderiam vir a ser feitas por outros torturadores.

O texto faz oito recomendações, entre as quais proteção para a mulher da vítima, Cristina Malhães, e para Pires, preso pela polícia civil fluminense. A comissão também solicita cópia do inquérito policial, com o laudo pericial da causa

da morte, ainda que sob sigilo.

Os senadores questionam o foco da investigação da polícia civil estar em latrocínio, sem empenho na busca de possíveis relações do caso com o passado da vítima. Causa estranheza, por exemplo, segundo o relatório, o fato de a polícia militar ter chegado ao sítio de Malhães dez horas depois de ter sido acionada pela esposa do coronel.

Os parlamentares pedem a indicação de membros do Ministério Público para acompanhar o caso e afirmam que a CDH continuará seguindo as investigações.

Superior Tribunal de Justiça ganhará 708 novos cargos

O Plenário aprovou ontem a criação de 708 cargos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo o projeto (PLC 3/2014), de iniciativa do STJ, serão 193 cargos de analista judiciário, 37 cargos em comissão e 478 funções comissionadas. O objetivo é diminuir o déficit de servidores, devido à elevação da carga de trabalho.

O impacto orçamentário previsto é de R\$ 39,7 milhões para 2014 e R\$ 41,9 milhões para 2015.

O texto foi aprovado na Câmara em março e encaminhado ao Senado. Em abril, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pediu a suspensão da tramitação do projeto, mas o texto seguiu para o Plenário.

O relatório favorável de Eunício Oliveira (PMDB-CE) recebeu apoio de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Eduardo Braga (PMDB-AM), Ana Amélia (PP-RS), Gim (PTB-DF), Paulo Davim (PV-RN) e Mário Couto (PSDB-PA).

O mérito dos concursados foi destacado por Pedro Tavares (PDT-MT) Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Aprovada em comissão a criação de 17 vagas para TRT do Maranhão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, ontem, projeto que cria 17 cargos efetivos no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em São Luís, Maranhão. A proposta tem parecer favorável do relator, Lobão Filho (PMDB-MA). Agora, o projeto seguirá para análise do Plenário do Senado.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2013, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria cargos de analista judiciário na especialidade Tecnologia da Informação.

Na análise da proposta, o relator argumentou que o TRT da 16ª Região enfrenta escassez desses servidores.

— O acesso ao Judiciário, por parte do cidadão, constitui um dos mais importantes pilares construtores de uma sociedade verdadeiramente democrática — disse.



Relatório de Lobão Filho é favorável à matéria, que segue para o Plenário

Plenário deve votar em breve PEC sobre ações de acidente de trabalho

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que pretende incluir em breve, na pauta do Plenário, a PEC que permitiria à Justiça do Trabalho julgar causas de acidentes de trabalho.

Renan deu a declaração após encontro com o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que veio ao Senado reforçar a importância da PEC 42/2005. O substitutivo do relator, Humberto Costa (PT-PE), já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O substitutivo altera o texto original, de Paulo Paim (PT-RS), que elimina a possibilidade de a Justiça do Trabalho julgar ações para recebimento de prestações previdenciárias decorrentes de acidentes de trabalho. O relator optou por manter a competência da Justiça Federal nesses casos. (Da Assessoria da Presidência do Senado)



Advogado-geral da União, Adams esteve no Senado para pedir votação

Casildo apoia compensação legal para vítimas de violência

Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou o movimento Pacto de Paz pela Vítima, que pretende colher 1,5 milhão de assinaturas para um projeto de iniciativa popular que estabelece reparação material para vítimas de crimes dolosos e familiares. Ele explicou que o movimento é liderado pela juíza catarinense Sônia Moroso Terres, de Itajaí, e envolve pessoas que perderam parentes responsáveis



pelo sustento da família.

Casildo reclamou que até hoje o Congresso não regulamentou o artigo 245 da Constituição, que prevê a assistência do poder público a herdeiros e dependentes carentes de pessoas vítimas de crime doloso, como o assassinato.

O senador propôs que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debata sugestões para o apoio a vítimas.

Malta comemora mais rigor contra exploração de crianças

Magno Malta (PR-ES) comemorou ontem a sanção da lei que torna crime hediondo a exploração sexual de criança, adolescente ou pessoa vulnerável. O senador, que participou da solenidade de sanção, elogiou o autor do projeto (PLS 243/2010), Alfredo Nascimento (PR-AM).

— O legado que a CPI da Pedofilia deixa se recusa a conviver com abusadores e com crianças abusadas.



A nova lei, que deve ser publicada hoje no *Diário Oficial da União*, estipula que o crime ocorre mesmo que não haja ato sexual propriamente dito, mas qualquer outra

forma de atividade erótica que implique proximidade física e sexual entre vítima e explorador.

A pena passa a ser de quatro a dez anos de reclusão, aplicável também a quem facilitar a prática.

Valadares cobra atenção para pautas dos municípios

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), cobrou do Congresso sensibilidade para ouvir os prefeitos que participaram recentemente da 17ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Ele advertiu que não se deve esperar a falência dos municípios para agir.

O senador manifestou apoio ao movimento Viva o seu Município, que tem cinco reivindicações, entre elas, o aumento de 2 pontos percentuais no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que passaria de 23,5% para 25,5% da arrecadação de dois impostos: o sobre Produtos Industrializados (IPI) e o de Renda (IR).

A medida, afirma Valadares, significaria aporte de R\$ 7,2 bilhões em benefício, principalmente, dos pequenos municípios. Os prefeitos pedem ainda a inclusão de novas atividades com incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) e desoneração de IPI somente sobre a parcela da União.

Para Luiz Henrique, EUA são exemplo para novo pacto federativo

Luiz Henrique (PMDB-SC) elogiou o Parlamento do estado da Califórnia, nos Estados Unidos, por ter dado um passo importante para regularizar a vida dos 2,5 milhões de estrangeiros que vivem ilegalmente na região.

A decisão merece aplauso, segundo ele, não apenas por beneficiar estrangeiros, mas principalmente por ser contra a legislação nacional, fortalecendo a descentralização. Luiz Henrique acredita que o Brasil tem condições de adotar postura semelhante para fortalecer estados e municípios.

— [Defendo] um novo pacto federativo, que tire a nação desse aprisionamento que a impede de investir em infraestrutura, em pesquisa e inovação — afirmou.



Senador elogia decisão estadual que contraria legislação nacional

Proposta permite que salário de juiz supere teto

A CCJ aprovou substitutivo de Vital do Rêgo à PEC de Gim que estabelece pagamento de adicional por tempo de serviço a membros da magistratura e do Ministério Público

PROPOSTA QUE ESTABELECE o pagamento de adicional por tempo de serviço a juízes e membros do Ministério Público da União, dos estados e do Distrito Federal, remunerados por meio de subsídio, foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto é o substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) à PEC 63/2013 e permite que a concessão do benefício leve essas categorias a receber acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 29,4 mil.

Votaram contra a medida Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Armando Monteiro (PTB-PE) e Humberto Costa (PT-PE).

Apresentada por Gim (PTB-DF), a PEC 63/2013 (PEC da Magistratura) garante a juízes e membros do Ministério Público o direito de receber uma



Comissão de Constituição e Justiça aprovou PEC, que segue agora para análise em dois turnos de votação em Plenário

“parcela mensal de valorização por tempo de exercício” na função. Originalmente, a proposta de Gim atribuía caráter indenizatório a essa parcela, evitando, assim, que, somada ao subsídio, ultrapassasse o teto remuneratório do funcionalismo público.

Vital mudou essa característica no substitutivo. Pelo texto aprovado, o adicional será

calculado na razão de 5% do subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de 35%. Tanto o juiz quanto o membro do MP poderão incluir na contagem o tempo de serviço em cargos públicos de carreiras jurídicas e na advocacia, inclusive o prestado antes da publicação da emenda constitucional que resultar da PEC.

A medida também se estende a aposentados e pensionistas das duas carreiras.

Segundo Gim, o que se busca é suprir o reconhecimento pelo tempo de serviço prestado à magistratura. A estruturação da remuneração da carreira por subsídio teria gerado, de acordo com o senador, a seguinte distorção: os que ocupam cargo isolado

ou alcançam a última classe na carreira, mesmo que permaneçam dez anos no cargo, recebem o mesmo subsídio dos que estão há apenas um ano no mesmo cargo. “Essa situação é de óbvia quebra de isonomia”, argumenta Gim.

Atrativo

Vital observou que, além de premiar a experiência acumulada por magistrados, procuradores e promotores, a concessão da vantagem poderia se tornar um atrativo para as carreiras.

— Nos últimos quatro anos, 600 magistrados deixaram a carreira — informou.

O relator estima o impacto financeiro do benefício em pouco mais de 1% da folha de pagamento mensal da magistratura em níveis federal e estadual. A PEC 63/2013 segue, agora, para dois turnos de votação no Plenário.

Para senadores, carreira precisa de reestruturação

Mesmo os senadores que rejeitaram o pagamento de adicional a juízes e membros do MP reconheceram a necessidade de corrigir distorções e reestruturar a carreira da magistratura.

De acordo com Roberto Requião, que votou contra a PEC, a transformação do salário em subsídio foi um avanço para o país, mas prejudicou a magistratura, por causa da aproximação dos vencimentos do final e do início de carreira. Ele acredita que a questão pode ser resolvida com uma reestruturação salarial que leve em conta aumento de 20%.

Conforme Requião, a defasagem fica clara quando se tem registro de mecanismos indiretos de compensação como o pagamento de perdas devidas ao Plano Bresser de R\$ 5 mil e auxílio-residência de R\$ 4 mil.

— Depois do Plano Bresser, cogita-se o pagamento da URV. São penduricalhos que

no passado chamávamos de árvore de Natal. Isso leva a uma indignação popular, a uma indignação das categorias que não conseguiram avanços e remunerações razoáveis.

A reestruturação das carreiras também foi defendida por Walter Pinheiro (PT-BA), embora tenha votado a favor do adicional por tempo de serviço. Para o senador, o Judiciário devia enviar ao Congresso propostas para orientar mudanças na estrutura salarial a partir da aprovação do adicional.

— Vamos aprovar algo que não é definitivo, tampouco que é acabado. Mas algo que tem diretriz para que o Judiciário possa operar e efetivamente construir a sua forma de elaboração de pagamento.

Contrário à PEC, Aloysio Nunes Ferreira disse que considera fundamental uma estruturação da magistratura e do MP em carreiras, mas que o tempo de serviço não pode ser

o único critério. Ele fez restrições à proposta pelo impacto financeiro sobre os orçamentos públicos, especialmente dos estados. O senador defendeu o aumento do teto remuneratório do funcionalismo público.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a matéria merecia mais discussão, dada a complexidade. Ele disse sentir falta de posicionamento mais claro da presidente Dilma Rousseff.

— Eu voto a favor na CCJ. Não sei como vai ser o meu voto em Plenário. Não quero apenas que essa questão morra aqui, acho que ela tem de ir ao Plenário. E o Plenário que discuta — afirmou.

A rejeição à PEC foi manifestada também por Eduardo Suplicy, Humberto Costa e Gleisi Hoffmann. A senadora disse temer a possibilidade de a vantagem ser reivindicada por outras categorias. Gleisi sugeriu, como alternativa, a revisão do plano de cargos,

estabelecendo-se uma diferença maior entre os subsídios pagos no início e no final da carreira.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Lobão Filho (PMDB-MA) e Luiz Henrique (PMDB-SC) disseram estar votando pela aprovação da PEC na comissão, mas com reservas, na condição de aprofundar a análise do impacto econômico-financeiro sobre os governos durante a discussão no Plenário.

José Sarney (PMDB-AP) apoiou a PEC e afirmou que “conceder uma remuneração justa aos juízes é trabalhar pelo processo democrático”. Jayme Campos (DEM-MT), Benedito de Lira (PP-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Taques (PDT-MT), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também apoiaram a proposta.

Mozarildo Cavalcanti comemora avanço da PEC da Magistratura

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou a aprovação, ontem, da PEC da Magistratura (PEC 63/2013) pela CCJ.

— O Judiciário se baseia num tripé: um juiz, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Então, não podemos ter um desses tripés desestimulados. É o que vinha ocorrendo com a carreira de juiz. Isso estava desestimulando a magistratura, o que é um perigo para a democracia — disse.



Para Mozarildo, desestímulo à magistratura é perigo à democracia

Porte de arma para guardas prisionais fora de serviço vai a sanção

Agentes e guardas prisionais, assim como guardas portuários, poderão portar arma de fogo fora de serviço. A autorização está no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 28/2014, aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto segue para sanção.

A arma poderá ser particular ou fornecida pela repartição, mas o porte só será permitido se os profissionais se submeterem a regime de dedicação exclusiva, se passarem por formação funcional e se forem

subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

O texto original do Poder Executivo dava porte de arma fora de serviço apenas a agentes e guardas prisionais. Na Câmara, o projeto foi emendado para que os guardas portuários também sejam atendidos. No Senado, Gleisi Hoffmann (PT-PR) se manifestou contra o porte de armas também para agentes portuários, prevendo veto.

— Há uma discussão no governo e a presidente Dilma

avaliará a possibilidade de manter [os guardas portuários] ou não — disse Gleisi.

Roberto Requião (PMDB-PR) considerou o projeto todo “uma bobagem monumental”. De acordo com ele, não há sentido na autorização, porque o porte de arma seria absolutamente ineficaz num ataque de grupo criminoso.

— Isso terceiriza a atividade da polícia. Policiamento armado cabe às polícias militar e civil — disse o senador.

A maioria dos senadores

votou pela aprovação integral do projeto. O relator, Gim (PTB-DF), mencionou a insistência da categoria, que no ano passado chegou a acampar na frente do Congresso para pedir a aprovação. Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o fato de os bandidos estarem “armados até os dentes” coloca em risco os agentes. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que considera o projeto justo porque dá instrumentos a pessoas que se submetem a extrema tensão e perigo constante. Ivo Cassol

(PP-RO) ressaltou que as pessoas de bem estão desarmadas e à mercê de bandidos armados. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que, se estivesse num país mais pacífico, talvez fosse contra o projeto.

Walter Pinheiro (PT-BA) destacou que o espírito do texto aprovado é proteger o servidor no trajeto entre casa e trabalho. Ele lembrou que esses profissionais já manejam armas. Portanto, a necessidade de adequar ou treinar seria pequena.

Senado aprova oito cargos para Ministério da Cultura

Profissionais vão atuar no novo sistema de controle dos direitos autorais. Oposição critica o impacto orçamentário de R\$ 768,5 mil ao ano dizendo que seria possível remanejar pessoal de outras áreas

O SENADO APROVOU ontem a criação de oito cargos comissionados no Ministério da Cultura, com um impacto orçamentário de R\$ 768,5 mil ao ano. Pelo projeto (PLC 27/2014, do Poder Executivo) que segue para a sanção, os contratados serão responsáveis pelas novas competências em relação ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Os cargos, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), começarão a ser providos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR) e José Agripino (DEM-RN), o gasto extra não se justifica, pois seria possível remanejar pessoal para essas áreas. Os dois, que consideram a estrutura do governo "inchada", votaram contra a proposta.

— Não vejo nenhuma justificativa para criar cargos, sejam de que espécie forem — disse Agripino, que classificou os gastos públicos no Brasil como um entrave para a competitividade e o combate à inflação.

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que é necessário reestru-

turar setores do governo que têm a tarefa de acompanhar atividades culturais no país.

— Não se pode imaginar isso como gasto, mas como investimento nas estruturas para propiciar a capilarização da cultura e o envolvimento de todos os setores da cultura na economia criativa e na economia do entretenimento.

A demanda pelos cargos foi criada com a mudança no controle do pagamento de direitos autorais feita pela Lei 12.853/2013. As novas funções serão relacionadas à habilitação prévia de associações de autores, ao monitoramento das associações e à abertura de procedimento administrativo para anular o funcionamento de associação no caso de irregularidades. O governo também terá de exercer o papel de mediador de conflitos na área autoral por meio da Comissão de Mediação de Conflitos em Direito Autoral, além de aperfeiçoar a gestão coletiva desses direitos.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer homenageia José de Anchieta

Anchieta ajudou na unidade nacional, diz dom Odilo Scherer

O arcebispo de São Paulo, cardeal dom Odilo Scherer, disse que o Brasil deve muito da unidade a José de Anchieta. O missionário, recém-proclamado santo pelo papa Francisco, recebeu homenagem do Congresso ontem.

Dom Odilo afirmou que Anchieta era um integrador, pois no século 16 ainda não existia no Brasil uma consciência sobre a necessidade de integração do território. Segundo ele, o santo pode ser considerado também o primeiro antropólogo e o primeiro naturalista do Brasil.

— Dedicado à cultura indígena, ele a descreveu e transmitiu conhecimento a esses povos. Foi também atento observador da natureza — disse.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o deputado José Linhares (PP-CE) ressaltaram a contribuição de Anchieta para a cidade de São Paulo.

— Podemos dizer, 416 anos após sua morte, que a cidade

deve sua origem à ação educadora e pastoral de Anchieta — disse Linhares.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) lembrou a importância do homenageado para o estado do Espírito Santo. O caminho percorrido pelo missionário entre a capital, Vitória, e a cidade de Anchieta virou hoje rota de peregrinação e ponto turístico, assinalou.

Anchieta nasceu em 19 de março de 1534, nas Ilhas Canárias, mas foi levado para Portugal aos 14 anos. Aos 17, ingressou na Companhia de Jesus. Em 1553, chegou ao Brasil como missionário e desenvolveu trabalho de catequese na Bahia, no Espírito Santo e em São Paulo, com especial atenção aos índios. Morreu em 1597. No dia 3 de abril, tornou-se São José de Anchieta depois de ser canonizado pelo papa Francisco. O Brasil tem outros dois santos: Madre Paulina, declarada em 2002, e Frei Galvão, em 2007.



Para Walter Pinheiro, iniciativa deve ser considerada investimento em cultura

Vai a Plenário doação de área para universidade em MS

Projeto que autoriza a Fundação Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) a doar área de 10,1515 hectares à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Da Presidência da República, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 136/2011 visa regularizar o domínio da área, já que, em 1993, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) firmou comodato com a Cidade Universitária de Dourados para que se construísse no local a UEMS. Mas, em 2005, com a criação da UFGD, todos os imóveis de domínio da UFMS foram transferidos para a recém-criada UFGD.

— Faz-se necessária a regularização dominial, de forma a propiciar à UEMS e à UFGD, que dividem o espaço territorial na Cidade Universitária de Dourados, o correto planejamento de suas ações de pesquisa, ensino e extensão — explicou o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS).

Moka é favorável ao projeto, visto que a doação está de acordo com as regras da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993). O texto segue para a análise do Plenário do Senado.

Sociólogo Domenico de Masi falará em audiência na terça



CPA RS

A Comissão Senado do Futuro aprovou ontem requerimento para a realização de audiência com o sociólogo Domenico De Masi, que falará sobre o tema "Cenários futuros nos próximos 50 anos". O convite partiu do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que elogiou o trabalho do pensador italiano.

— Este é um dos grandes nomes do mundo hoje na sociologia. A participação de Domenico não é apenas para falar genericamente, mas sobre o livro *O Futuro Chegou*, recém-lançado no Brasil — explicou Cristovam.

O presidente da comissão, Luiz Henrique (PMDB-SC), lembrou que, quando foi prefeito de Joinville (SC), adotou os princípios difundidos pelo intelectual, o que o levou à busca pela excelência na administração do município.

A reunião com Domenico De Masi está marcada para terça-feira, às 9h, e será feita em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Vanessa critica interrupção de homenagem à Coluna Prestes

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse estar indignada com a atitude do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE) e do secretário-geral



Waldemir Borelli/Agência Senado

da Mesa da Câmara dos Deputados, Mozart Vianna, por terem interrompido abruptamente a sessão do Congresso Nacional de ontem, que homenageava os 90 anos da Coluna Prestes.

Vanessa Grazziotin considerou o fato um desrespeito e acrescentou que, segundo os jornais, o episódio tem uma explicação: pressão pela CPI mista da Petrobras.

Segundo notícias, a base do governo tentou prolongar a sessão solene, o que inviabilizaria a sessão ordinária da Câmara, que contaria prazo para instalação da CPI mista.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e Secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto que fixa piso nacional de R\$ 1.014 passou em Plenário e segue à sanção presidencial. Senadores destacaram importância da decisão para melhorar saúde pública no país

Aprovado piso salarial de agentes de saúde

O PLENÁRIO DO Senado aprovou, ontem, substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 270/2006, que fixa em R\$ 1.014 o piso nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, com jornada de 40 horas semanais. A matéria segue agora para sanção presidencial.

Os senadores comemoraram a aprovação da proposta e ressaltaram que a valorização dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias vai impactar diretamente na melhoria da saúde pública brasileira, já que esses profissionais lidam diretamente com o cidadão em um trabalho de atenção básica e medicina preventiva.

— É muito mais importante impedir que as pessoas adoçam do que tratar da doença — destacou João Capiberibe (PSB-AP).

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o dinheiro destinado a esses agentes vai ajudar no controle da dengue, da leishmaniose e de inúmeras endemias que existem no país e que são identificadas, primeiramente, por esses profissionais. Eunício Oliveira (PMDB-CE) salientou a importância da categoria no acompanhamento de idosos e gestantes, no incentivo ao aleitamento materno, no controle de doenças como infecção respiratória aguda e na promoção de ações de saneamento e melhoria do meio ambiente.

Paim destaca presença de agentes de saúde e de trânsito em Plenário



Waldemir Barreto/Agência Senado

Antes da votação em Plenário do piso nacional para os agentes de saúde, Paulo Paim (PT-RS) destacou a presença, nas galerias, de representantes da categoria e dos agentes de trânsito.

A PEC 77/2013, que cria a carreira dos agentes de trânsito no sistema de segurança pública, deverá ser analisada na próxima semana.

— Ninguém está com posição sectária. Todos têm clareza da importância desses projetos.

Ele destacou uma carta que lhe foi entregue por centrais sindicais em favor das propostas. O senador defendeu que as matérias fossem aprovadas sem alteração para que não tivessem de ser analisadas outra vez pela Câmara.



Moreno Brito/Agência Senado

Plenário do Senado comemora aprovação do piso salarial para agentes comunitários de saúde e de combate a endemias

— A votação de hoje é histórica porque significa o cumprimento de um compromisso assumido por todos nós. O agente comunitário de saúde, por sua atuação fundamental, representa o elo entre o serviço de saúde e a comunidade, garantindo a efetividade das políticas públicas no Brasil — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Mudança

Além de fixar o valor para 2014, a proposta prevê que, a partir de janeiro de 2015, o valor será reajustado por meio de decreto do Executivo. A forma do reajuste foi modificada em relação ao texto aprovado na Câmara, que vinculava o reajuste ao produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

A sistemática seria a mesma aplicada ao salário mínimo atualmente. De acordo com a proposta da Câmara, os valores também seriam corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Inicialmente, o governo pretendia apenas suprimir a parte do texto aprovado pelos deputados que trata do reajuste, mas os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Roberto Requião (PMDB-PR) e José Agripino (DEM-RN) protestaram, alegando que, com a supressão, a conquista do piso seria “congelada no tempo e corroída pela inflação”.

— De nada adianta a previsão de um piso nacional se não tiver a previsão da correção desse piso quando ele

for deteriorado pela inflação. Direitos têm que ser inteiros. Não é direito quando é feito pela metade — destacou Randolfe.

O relator da proposta no Senado, José Pimentel (PT-CE), aceitou acordo proposto pelos senadores. Ele observou que as mudanças feitas no Senado foram suficientes para garantir um sistema de atualização e fizeram justiça com os agentes de saúde e de endemias. Pimentel explicou que a regra de reajuste por meio de decreto do Executivo, aprovada para os agentes, também é utilizada, atualmente, no reajuste das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo.

O senador Roberto Requião pediu apoio dos parlamentares na aprovação de uma

emenda à Proposta de Emenda à Constituição 63/2013 (aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça), que estabelece o pagamento de adicional por tempo de serviço a juizes e membros do Ministério Público. O senador propôs a extensão do benefício para os agentes de saúde e para todo o funcionalismo público.

— Vamos pensar em universalizar o que estamos dando aos juizes e ao Ministério Público não só aos agentes de saúde, mas ao conjunto do funcionalismo público brasileiro — disse.

União

Para ajudar no pagamento dos novos salários, o projeto atribui à União a responsabilidade de complementar 95% do piso salarial. Em decreto, o Executivo federal poderá fixar a quantidade máxima de agentes que poderão ser contratados.

A partir da nova lei, a contratação temporária ou terceirizada desses agentes, permitida pela Lei 11.350/2006, poderá ocorrer somente no caso de combate a surtos epidêmicos — quando uma doença de caráter transitório ataca grande número de pessoas em um local ao mesmo tempo.

Atualmente, a contratação se dá só em surtos endêmicos — quando uma doença ocorre habitual e significativamente numa região (malária na Amazônia, por exemplo).

Proteção de sigilo de pessoa com aids deve ir à Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que cria lei específica para preservar o sigilo dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV). A proposta (PLS 380/2013) veda a divulgação de informações que permitam a identificação da condição de portador nas esferas dos serviços de saúde, estabelecimentos de ensino, locais de trabalho e da administração e da segurança públicas.

Pelo projeto, do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a restrição se estende aos processos judiciais e a informações veiculadas pela mídia escrita e audiovisual. O texto submete ao controle tanto agentes públicos quanto privados que tenham acesso às informações.

Comissão debate lei que define tratamento de câncer no SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 10h, audiência pública para debater o primeiro ano da implementação da Lei 12.732/2012, que estabelece direito ao início do tratamento do câncer no SUS.

De acordo com a lei, o paciente com câncer receberá gratuitamente todas as terapias necessárias no SUS, com direito de submeter-se ao primeiro tratamento em até 60 dias.

Participam o subprocurador-geral da República Eitel Santiago Pereira; o presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Evanius Wiermann; a presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Maira Calleffi; a presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz de Camargo Barros; e representante do Ministério da Saúde.

Preconceito contra pessoa com transtorno mental pode ser crime

Foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto que criminaliza atitudes de preconceito e discriminação contra pessoas com transtornos mentais. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será votado em decisão terminativa.

Tais atitudes, classificadas como condutas psicofóbicas, podem ser incluídas no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) entre as que agravam o crime de injúria.

Paulo Davim, autor do projeto (PLS 74/2014), diz serem frequentes as manifestações psicofóbicas no país.

— São vizinhos que não querem que seus filhos convivam com crianças hiperativas, é no emprego que é negada ascensão e, muitas vezes, o futuro dessas pessoas fica comprometido pela forma da discriminação — observou.

Paulo Davim cobra repasses para a saúde do Rio Grande do Norte



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Davim (PV-RN) reclamou em Plenário do agravamento dos problemas da saúde pública do Rio Grande

do Norte devido à paralisação de diversos serviços que não estão funcionando por falta de recursos do governo federal. Por isso, ele reforçou ontem apelo ao Ministério da Saúde para que sejam logo publicados os repasses financeiros.

Segundo o senador, o governo federal deveria repassar R\$ 7,5 milhões por mês ao Rio Grande do Norte para custeio desses serviços, mas já informou que pode transferir, no máximo, R\$ 1,5 milhão por mês.

— A prioridade é tudo: UTI pediátrica, cirurgias oncológicas e a UTI do hospital de urgência — disse ele.

Senadores vão a São Paulo ver situação de imigrantes haitianos

Na Comissão de Direitos Humanos, parlamentar do Haiti pede que tropas da ONU comandadas pelo Brasil saiam do país

INTEGRANTES DA SUBCOMISSÃO Permanente para Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e Paulo Davim (PV-RN) vão a São Paulo verificar a situação de refugiados haitianos que se deslocaram do Acre para a capital paulista.

Requerimento para a diligência foi aprovado ontem na subcomissão, que é ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH). A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), sugeriu que Eduardo Suplicy (PT-SP) acompanhe Randalfe e Davim. Os senadores estão preocupados principalmente com as condições de trabalho dos refugiados, pois temem que, por falta de opção, possam ser submetidos a condição análoga à de escravo.

Na reunião, a CDH ouviu relato do senador haitiano Moïse Jean-Charles. Ele pediu o apoio do Senado brasileiro para a retirada de tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), comandada pelo Brasil.



Moïse Jean-Charles (2º à esq.), entre Eduardo Suplicy (E) e o tradutor, fala a Ana Rita e Wellington Dias

— O Haiti não está em guerra com outro país e não está em guerra civil. A luta pela desocupação se insere na união dos povos contra as forças imperialistas — disse Moïse, acrescentando que as tropas que estão no Haiti há dez anos violam direitos humanos.

Até dia 28

Uma resolução aprovada por unanimidade pelo Senado haitiano há um ano recomenda a retirada da missão até o dia 28. As tropas estão no Haiti desde junho de 2004 para garantir a ordem após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, em março daquele ano.

Para Moïse, depois de dez anos, as tropas prejudicam o desenvolvimento econômico e social do país.

— Cada vez que o povo se mobiliza contra a corrupção, a má governança e a fraude, a Minustah é usada para reprimir a população. É por isso que nós pedimos a retirada das tropas. O Haiti deve ser um país livre e a presença da Minustah ataca a soberania do país — disse Moïse.

Ana Rita prometeu entrar em contato com o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), para discutir a questão. Suplicy levará o pedido aos mi-

nistros da Defesa, Celso Amorim, e das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo.

— Acho importante que as autoridades brasileiras tenham conhecimento desse depoimento — disse Suplicy.

Segundo Moïse, a manutenção das tropas no Haiti agrava a crise dos refugiados. Mais de 20 mil haitianos já entraram no Brasil, a maioria pelo Acre, e muitos seguiram viagem para outros estados, principalmente São Paulo. Na segunda-feira, Moïse visitou os refugiados na capital paulista. Hoje ele retorna a São Paulo para receber da câmara municipal o título de Cidadão Paulistano.

Comissão aprova regras para terrenos de marinha

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem alterações nas regras que atribuem exclusivamente à União o domínio sobre os terrenos de marinha, como são chamadas as faixas de área às margens do litoral e dos rios navegáveis. Relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/2007 recomenda a aprovação por meio de um texto substitutivo.

Como regra geral de repartição, o substitutivo mantém sob domínio da União as áreas nas quais tenham sido construídos prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração federal, inclusive faróis de sinalização náutica. Já os estados passam a ter domínio pleno das áreas em que tenham sido edificados prédios públicos de órgãos ou

entidades da administração estadual. Os municípios, do mesmo modo, ganham domínio pleno sobre terrenos onde estejam prédios públicos de órgãos ou entidades da administração municipal.

O substitutivo abre caminho para favorecer os ocupantes que não têm contratos de aforamento ou que não estejam registrados como posseiros. O relator esclarece que são normalmente pessoas muito simples, de baixa escolaridade, que teriam dificuldade na regularização.

Outra mudança é que Ferraço preferiu manter a figura jurídica dos terrenos de marinha. Ele explica que, se a extinção acontecesse, um vazio jurídico impediria a demarcação e prejudicaria o repasse onde estejam aldeamentos indígenas e antigos quilombos.



Francisco Dornelles e Ricardo Ferraço debatem as mudanças

Figueiró destaca ação contra criminalidade na fronteira de MS

Rubem Figueiró (PSDB-MS) destacou o trabalho do Comando Militar do

Oeste (CMO) no combate à criminalidade e na defesa da fronteira do país, nos limites entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia e o Paraguai.

Segundo o senador, dados da Polícia Federal indicam que 80% da droga apreendida no país entra pela fronteira de Mato Grosso do Sul. Na região, também é comum o crime de contrabando.

— Além de combater a violência, de acordo com o comandante do CMO, o sistema de monitoramento vai gerar empregos e implementar o desenvolvimento econômico da região — afirmou Figueiró.

Flexa ressalta aniversário do Estado de Israel

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou em Plenário ontem os 66 anos

do Estado de Israel e parabenizou o povo israelense, bem como a comunidade judaica no Brasil. Flexa Ribeiro, que é presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, lembrou a história da nação israelense, hoje um país moderno e democrático com garantia dos direitos civis e religiosos, que tem sido marcado por conflitos regionais, especialmente com os árabes.

— O ritmo constante de imigração e o progresso do processo de paz têm influenciado decisivamente o desenvolvimento contínuo de Israel no século 21 — disse Flexa Ribeiro.

Cyro recomenda intensificação do comércio com a China

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) frisou, ontem, a importân-

cia crescente do comércio com a China, que atingiu o posto de segunda economia do mundo. Ele avaliou que o saldo comercial do Brasil com a China poderia ser ainda mais favorável com a redução da burocracia aduaneira, que se tornou, na opinião dele, "retrograda e incompatível com o volume de trocas entre os dois países".

O parlamentar cobrou medidas para promover o aprimoramento dos produtos brasileiros e manifestou o temor de que a Lei dos Portos não seja capaz de superar os obstáculos logísticos ao comércio exterior.

Ângela Portela quer prorrogação de áreas de livre comércio

Ângela Portela (PT-RR) defendeu, em pronun-

ciamento no Plenário ontem, que os incentivos fiscais das áreas de livre comércio da Região Norte sejam prorrogados por mais 50 anos, tal como será feito para a Zona Franca de Manaus.

Segundo a senadora, aguardam essa prorrogação as áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima; de Tabatinga, no Amazonas; e de Guajará-Mirim, em Rondônia.

— Ao tomarmos essa iniciativa, estaremos, sim, fazendo justiça. Mas estaremos fazendo muito mais. Estaremos garantindo a sobrevivência de um modelo bem-sucedido — afirmou.

Senado debate limites das plataformas marítimas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) fará hoje uma audiência pública interativa sobre a extensão da plataforma marítima de exploração econômica pacífica dos países lusófonos (de língua portuguesa).

A reunião foi proposta por Cristovam Buarque (PDT-DF), que pretende debater a necessidade de reconhecimento internacional da soberania de exploração de recursos minerais e petrolíferos nas plataformas continentais oceânicas dos países

de língua portuguesa. O senador defende limites fixados e respeitados pelos vizinhos, além de aceitos pela ONU.

Os convidados são o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Adriano José Alves Moreira, e o subchefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores, Marcus Henrique Paranaguá.

A audiência está marcada para as 10h. Os interessados podem participar por meio do Portal e-Cidadania e pelo site do Alô Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CREplataformaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CREplataformaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoRelacoesExteriores	